



ÁFRICA/GUINÉ-BISSAU - Hipótese de envio de militares da CEDEAO a Bissau; enquanto isso, os funcionários públicos não recebem seus salários

Bissau (Agência Fides) - A Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) teria intenção de enviar à Guiné-Bissau uma força militar de mais de 600 soldados. É o que emerge às vésperas da Cúpula de Estado dos países membros, que se abre hoje em Abidjã (Costa do Marfim), dedicada às crises em Mali (iniciada com o golpe de 22 de março) e na Guiné-Bissau (onde os militares derrubaram o governo em 12 de abril). Os militares da CEDEAO, provenientes da Nigéria, Costa do Marfim, Senegal e Burquina-Fasso, teriam a missão de proteger as instituições e as figuras políticas locais das prisões efetuadas pelos golpistas. Nos dias passados, foi alcançado um acordo entre alguns partidos políticos para iniciar um período de transição, com o fim de favorecer o retorno à legalidade democrática. O acordo foi considerado “não conforme” à constituição da CEDEAO, que expressou desapontamento devido ao prosseguimento das detenções de expoentes políticos por parte dos militares golpistas.

“O envio de uma força militar da CEDEAO é por enquanto apenas uma hipótese, não totalmente concordada por todos os seus membros” – diz à Agência Fides pe. Davide Sciocco, missionário do PIME e diretor da Rádio Sol Mansi. “Aqui em Bissau fala-se disso há algum tempo e o comando das forças armadas locais havia advertido que não aceitaria a chegada de forças estrangeiras no país se isto não fosse concordado com as autoridades do país. Os militares golpistas deixaram entender que não querem intervenções de contingentes estrangeiros”. Com efeito, os golpistas justificaram o golpe de Estado com a necessidade de evitar que o contingente militar angolano presente no país assumisse um papel na vida política local.

Padre Sciocco acrescenta que “a população está à espera das conclusões da Cúpula da CEDEAO, mas a maior preocupação é sobre o anúncio divulgado ontem pelo comando da junta militar a respeito da impossibilidade de pagar os salários aos funcionários públicos”. As dificuldades econômicas ligadas à coleta da castanha de caju (veja Fides 24/4/2012) terão um papel de primeiro plano na solução da crise. (L.M.) (Agência Fides 26/4/2012)